



***ELES NÃO USAM BLACK-TIE, A POLARIZAÇÃO POLÍTICO-TRABALHISTA E O  
DESMONTE DO MOVIMENTO PROLETARIADO***

***ELES NÃO USAM BLACK-TIE, LABOR-POLITICAL POLARIZATION AND THE  
DISMANTLING OF THE PROLETARIAT MOVEMENT***

**Natiele de Lima Silva<sup>1</sup>  
Ludmila de Azevedo Fogaça<sup>2</sup>**

**RESUMO:** Em uma sociedade estruturada sob a égide do sistema capitalista, o trabalho e o trabalhador são as principais mercadorias que sustentam a acumulação de capital e as estruturas de poder que a classe dominante busca manter sob a lógica de alienação e exploração. A partir da análise do cinema denunciativo de *Eles não usam Black-Tie* (1981), o estudo busca discutir o aperfeiçoamento dos instrumentos que a classe burguesa utiliza para dominar e alienar o operariado, além de analisar de que forma isso reverbera na polarização das classes trabalhistas e na desmobilização do movimento operário. É adotada uma abordagem qualitativa a partir de uma pesquisa bibliográfica de autores considerados essenciais para a compreensão do tema, como Karl Marx, Friedrich Engels, Márcio Naves e Jean-Claude Bernardet. A pesquisa foi desenvolvida no Laboratório de Pesquisa em Filosofia, Direito e Audiovisual (LAPEFIDA), da Universidade do Estado da Bahia. Compreende-se a flexibilização de direitos nas relações de trabalho em função da desagregação do operariado, o que é retratado na obra fílmica analisada, a qual, apesar da época na qual foi produzida, consegue retratar a perspectiva mais individualista que os trabalhadores foram influenciados a ter e como isso resultou na fragilização do movimento sindical.

**PALAVRAS-CHAVE:** movimento sindical; alienação; dominação; relações trabalhistas; cinema denunciativo.

**ABSTRACT:** In a society structured under the aegis of the capitalist system, labor and the worker are the main commodities that sustain the accumulation of capital and the power structures that the ruling class seeks to maintain under the logic of alienation and exploitation. Based on the analysis of the denunciatory cinema of *Eles não usam Black-Tie* (1981), the study seeks to discuss the perfecting of the instruments that the bourgeois class uses to dominate and alienate the worker, as well as to analyze how this reverberates in the polarization of the working classes and in the demobilization of the labor movement. A qualitative approach is adopted based on a bibliographical research of authors considered essential to the understanding of the theme, such as Karl Marx, Friedrich Engels, Márcio Naves, and

---

<sup>1</sup>Graduanda em Direito pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Brumado, BA, Brasil. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5030473538630272>. E-mail: [natieleacademico@gmail.com](mailto:natieleacademico@gmail.com). Integrante do Laboratório de Pesquisa em Filosofia, Direito e Audiovisual (LAPEFIDA/CNPq).

<sup>2</sup>Graduanda em Direito pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Brumado, BA, Brasil. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3069658471584396>. E-mail: [ludmila.academico@gmail.com](mailto:ludmila.academico@gmail.com). Integrante do Laboratório de Pesquisa em Filosofia, Direito e Audiovisual (LAPEFIDA/CNPq).



Jean-Claude Bernardet. The research was developed in the Laboratório de Pesquisa em Filosofia, Direito e Audiovisual (LAPEFIDA), at the Universidade do Estado da Bahia. The flexibilization of rights in labor relations is understood as a function of the disintegration of the labor force, which is portrayed in the film analyzed, which, despite the time in which it was produced, manages to portray the more individualistic perspective that workers were influenced to have and how this resulted in the weakening of the union movement.

**KEYWORDS:** labor movement; alienation; domination; labor relations; denunciation cinema.

## INTRODUÇÃO

A priori, é necessário analisar que o cinema adquiriu a grande possibilidade de alcançar as massas, além de potencializar de forma simbólica o despertar da consciência dos espectadores ao representar, por diversas vezes em suas obras, o espelho da própria sociedade. Nesse contexto, a obra fílmica brasileira *Eles Não Usam Black-Tie*, de 1981, dirigida por Leon Hirszman e baseada na peça teatral *Eles não usam black-tie* (1958) de Gianfrancesco Guarnieri, remonta o cenário de grandes movimentações políticas acerca das reivindicações da categoria metalúrgica.

Ao longo da narrativa - delineada a partir do início da década de 80 -, constrói-se a história central de uma família proletária na cidade de São Paulo no contexto de fortalecimento do movimento dos trabalhadores, durante a intensificação do processo de industrialização brasileiro. O enredo se delinea a partir de uma família de operários, na qual Otávio, o pai, é um ativista politizado que já foi preso pela ditadura e quer lutar por melhorias da classe, enquanto que seu filho, Tião, quer apenas “se dar bem na vida”. Quando engravida a namorada Maria e tem que casar, o jovem acaba tornando-se “dedo-duro” e “fura-greve”, decepcionando a todos.

Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo analisar a narrativa fílmica e suscitar o debate acerca da representação discursiva a partir da compreensão dos interesses da classe empresária sob a perspectiva dominante, bem como observar como se dá a busca pela autonomia e a liberdade da classe trabalhadora pelo movimento operário no contexto da classe subjugada. Desta feita, estruturou-se o texto de forma a facilitar o entendimento acerca do tema, ao construir uma linha de raciocínio para esmiuçar o objeto de estudo.



A posteriori, discute-se as relações de dominação e alienação sobre a classe trabalhadora, as quais ensejam a fortificação e a permanência da lógica de acumulação de capital a partir da exploração da mão de obra. Nesta senda, busca-se percorrer o surgimento do movimento dos trabalhadores, bem como realizar um paralelo entre a contextura do que foi a luta sindical outrora, e no que se transformou atualmente, diante das investidas que objetivaram a desagregação do operariado perante a dicotomia entre classe patronal e profissional. A posteriori, realiza-se uma correlação da temática supracitada ao objeto de estudo do presente trabalho - a obra fílmica *Eles não usam Black-Tie* (1981).

Ademais, a presente pesquisa é fruto de um relato de experiência realizado durante as atividades do Laboratório de Pesquisa em Filosofia, Direito e Audiovisual (LAPEFIDA) na Universidade do Estado da Bahia, campus XX, Brumado/BA. Outrossim, ampara-se o estudo realizado em uma pesquisa bibliográfica, a partir de uma abordagem qualitativa e de natureza básica. Para tanto, fundamenta-se o presente trabalho com a leitura e o estudo de autores basilares, tais como: Friedrich Engels, Karl Marx, Astrojildo Pereira, Armando Boito Jr, Marilena Chauí, Márcio Naves, Jean-Claude Bernardet, entre outros.

## **1 DOMINAR E ALIENAR: A BUSCA PELO FORTALECIMENTO E MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL**

A priori, desde a gênese do convívio humano e da estruturação das relações sociais, a sociedade humana se desenvolveu sob a égide da sobreposição de um sobre o outro a partir de critérios que perpassam a propriedade privada e a tentativa de uma organização hierárquica, de modo que o surgimento da estratificação social se tornasse algo iminente diante da dicotomia entre as noções de coletividade e individualidade. É nessa perspectiva que Karl Marx e Friedrich Engels (2017, p. 14) defendem a existência de uma luta de classes sociais desde o surgimento das sociedades, de tal forma que “Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e jornaleiro, numa palavra, opressor e oprimido, estiveram em constante oposição um contra o outro”.



Dessarte, conforme a sociedade submetia-se à criação de camadas sociais, surgiram mecanismos que alicerçaram a divisão da sociedade e sua aglutinação em classes política e economicamente distintas. Isto se deu, principalmente, a partir do surgimento de grupos sociais com poderio econômico e político em contraposição aos indivíduos em condição de subordinação, os quais, por não serem detentores de domínios, eram condicionados a exploração da força de trabalho como valor de troca, haja vista a sua condição hipossuficiente no modelo socioeconômico.

Posto isto, com o declínio do feudalismo e a ascensão da burguesia, houve a monetarização das relações de troca, em que se estabeleceria o valor de mercadorias e serviços em moedas. Diante disso, por mais que as ideologias burguesas pregassem a liberdade, a mobilidade social e a autonomia dos trabalhadores, a fim de aniquilar o modelo feudal para dar lugar à sociedade capitalista, surgiram, na realidade, como uma forma reestruturada de fomentar o antagonismo entre as classes, configurando uma nova imagem ao dominador e promovendo a manutenção do subordinado que não possuía condições de ascender diante das diferenças sociais e econômicas. Em síntese,

A sociedade burguesa moderna que surgiu das ruínas da sociedade feudal não aboliu os antagonismos de classe. Ela só fez estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas. Nossa época, a época da burguesia, possui, contudo, esta característica diferente: ela simplificou os antagonismos de classe. A sociedade como um todo está cada vez mais se dividindo em dois grandes campos hostis, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente uma contra a outra: a burguesia e o proletariado. (Engels e Marx, 2017, p. 15).

Nesta seara, sob esta nova ótica, é posta uma lógica de produção a partir da qual o trabalhador está inserido como mera mão de obra, em que sua força de trabalho é apenas uma mercadoria, a qual é a base de sustentação da classe econômica detentora dos meios de produção. Nesse sentido, Engels e Marx definem a sociedade “burguesia *versus* proletariado” como aquela em que “seus membros que trabalham, não lucram, e os que lucram, não trabalham” (Engels e Marx, 2017, pp. 34-35). À vista disso, o trabalhador se encontra posto em uma situação de dependência da disposição de sua força laboral para sobreviver, ainda que em



condições mínimas, ao ser configurado como apenas uma permuta que provém seu sustento básico. Consoante ao exposto,

A procura por homens regula necessariamente a produção de homens assim como de qualquer outra mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura, então uma parte dos trabalhadores cai na situação de miséria ou na morte pela fome. A existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e é uma sorte para ele conseguir chegar ao homem que se interesse por ele. E a procura, da qual a vida do trabalhador depende, depende do capricho do rico e capitalista. (Marx, 2004, p. 24).

À face disso, observa-se uma tentativa da classe burguesa de aproveitar-se da necessidade do trabalhador em vender seu labor para sobreviver, o qual frutifica um lucro excedente que é direcionado ao acúmulo do capital pertencente aos detentores de poder. Nesse sentido, o capitalismo, que já se apresentou nocivo em sua gênese, foi se revelando como um sistema que autorizava a concentração de riqueza e dos meios de produção nas mãos de poucos, em detrimento de uma chance de mobilidade social àqueles que vendiam sua força de trabalho e, com isso, tornando-os alienados.

Conforme explica Marx (2004, pp. 82-83), a alienação do trabalho consiste no labor alheio ao trabalhador, ou seja, a força de mão de obra utilizada pela classe proletária que acaba satisfazendo os interesses de outrem - leia-se classe burguesa. Logo, para o autor, o trabalho alienado não é voluntário, tampouco traz regozijo ao trabalhador, mas sim, é um sacrifício de energias mentais e físicas para obter resultados que, por muitas vezes, não são de conhecimento de quem o faz, bem como nunca serão desfrutados por ele. Nesta senda, o próprio trabalhador, na condição de alienado, não se vê como refém dessa estrutura que o desumaniza e fere sua integridade física, psicológica e moral, a qual deveria compor sua individualidade e sua consciência enquanto ser dotado de ego, de personalidade e de anseios.

Desta forma, o trabalhador é colocado em um sistema que faz alienar-se até mesmo de si próprio, despindo dos interesses coletivos de sua classe para representar e formar um ser “individual” que desempenha seu serviço em prol dos anseios da classe burguesa. No entanto,



para Marx, esta noção de “individualidade” que o proletário acredita ter, é, em si, a sua alienação na forma mais genuína; ora, a partir do momento em que o trabalhador se desintegra da “espécie” para viver em benefício de uma classe a qual não pertence, ele também deixa de existir individualmente, pois não busca satisfazer seus próprios desejos e proventos.

Perante o exposto, é possível depreender que há mecanismos utilizados para a manutenção desta subordinação - não somente física, como também psicologicamente -, os quais não são tão simples e de fácil percepção, mas sim, se engendram no corpo social de forma furtiva e dissimulada. Ou seja, estes instrumentos se estabelecem na sociedade de maneira intrínseca e velada, de modo que o próprio trabalhador em alienação não percebe sua vulnerabilidade perante o poder dominante do detentor do capital, o qual utiliza, para manter seu poder, uma dominação através da ideologia e da propriedade privada.

A princípio, de acordo com Naves (1997, p. 60), o qual faz uma leitura das ideias de Karl Marx, a dominação da burguesia sobre o proletariado pode se instaurar por meio de instituições jurídicas na medida em que estas permitem que o trabalhador seja um indivíduo provido de capacidade jurídica, ou seja, um sujeito que possui arbítrio em querer, ou não, celebrar um contrato de compra e venda de sua mão de obra. Sabe-se que os ideais da burguesia são baseados na lógica da liberdade e da igualdade, no entanto, para o autor, os direitos do proletariado no sistema capitalista só são formas de velar a dominação do detentor dos meios de produção, ao dar a falsa noção de que o homem trabalhador é livre e está nesta condição por escolha - quando, na verdade, este só consegue sobreviver, ainda que em condições mínimas, quando se submete ao sistema do capital.

Desta forma, é interessante para a classe dominante fazer com o que o proletariado se sinta dotado das mesmas determinações jurídicas que ela possui, uma vez que, somente assim, encobre-se “a extorsão de mais-valia e a opressão de classe sob os signos e as luzes da liberdade e da igualdade” (Naves, 1997, p. 60). Dessarte, no que tange à ficção histórica da liberdade e igualdade jurídica, “O escravo romano era preso por grilhões; o trabalhador assalariado está



preso a seu proprietário por fios invisíveis. A ilusão de sua independência se mantém pela mudança contínua dos seus padrões e com a ficção jurídica do contrato” (Marx, 2011, p. 426).

Além disso, Naves (1997, p. 60) explica que, conforme o poder público se estabelece dentro dos moldes capitalistas, no contexto da lógica mercantil, é inerente que este também reflita a dominação da classe burguesa sobre o operariado. Isto é, a classe proletária sempre está se movimentando coletivamente no enquadramento econômico, social e político pautado no capital, ao qual ele está inserido também como mercadoria, ainda que não perceba. Dessarte, verifica-se que o modelo econômico vigente está intrinsecamente influenciando o poder público e a forma como o trabalhador se organiza, uma vez que não há como ter um Estado desatrelado à economia. Em síntese, pode-se depreender que o Estado permite a articulação do operariado e sua reivindicação de direitos, no entanto, ainda não aniquila os percalços que a dominação burguesa exerce sobre o proletariado.

Nesse espectro, observa-se a existência de um poder coercitivo implícito que atua sobre o proletariado como forma de trazer o trabalhador, de forma individual, ao contexto de produção e unidade do sistema capitalista, ou seja, pertencente ao modelo como indivíduo, e não como capital. Para criar esse sentimento, foi construída uma prática política embasada na representatividade popular presa às amarras do domínio capitalista. Nesta senda, há uma falsa consciência projetada no sentido de a Democracia estar a serviço dos interesses do povo. Porém, ao observar a forma como a prática democrática é exercida nos moldes do capitalismo, entende-se que ela foi posta com o objetivo de legitimar a classe dominante e somente oferecer uma pequena brecha à classe popular, que busca se organizar para conquistar seus direitos e promover uma resistência aos interesses patronais de exploração.

Diante do exposto, na contemporaneidade, observa-se que os trabalhadores se encontram em um contexto ainda capitalista de uma alienação lapidada nos moldes do neoliberalismo, no qual há a precarização social, a perda de direitos, danos à saúde do trabalhador e ao meio ambiente explorado. Neste enquadramento, é em detrimento do trabalhador que a classe dominante acumula o capital ao determinar baixos salários e escassos



direitos trabalhistas que não ultrapassam o campo do “dever ser”. Por meio da alienação da classe metalúrgica é que o sistema é mantido, pois a classe patronal conta com a desarticulação do movimento proletário, forçando o trabalhador a não resistência através de ameaças que prometem o desemprego e a perda do único sustento disponível para a sua mera sobrevivência.

## **2 O MOVIMENTO OPERÁRIO, SUA ORIGEM E A ATUAL DESAGREGAÇÃO SINDICAL: CLASSE PATRONAL VERSUS PROLETARIADO**

Disciplina, controle e otimização do tempo são as palavras que definem o trabalho no início do século XX, em que o trabalho alienado se torna o carro-chefe da manutenção do sistema exploratório-capitalista como a mão de obra do Taylorismo - modelo de produção criado pelo estadunidense Frederick Taylor. Se revelando profundamente classista e segregacionista, o modelo pretendia escancarar ainda mais as discrepantes diferenciações entre o proletariado e a burguesia, ao estimular a acumulação do lucro para a última em detrimento do trabalho padronizado e programado para o primeiro. Nesse sentido, para seu idealizador, todas as atividades intelectuais seriam comandadas e realizadas pelos donos e pela gerência das indústrias, enquanto os trabalhadores seriam moldados por um sistema de trabalho monótono e alienante para realizar, individualmente, funções manuais.

Diante de todo o contexto analisado, de acordo com as palavras de Taylor (Antunes e Pinto, 2018, p. 14), “o trabalho de cada operário é completamente planejado pela direção, pelo menos, com um dia de antecedência e cada homem recebe, na maioria dos casos, instruções escritas completas que minudenciam a tarefa que é encarregado e também os meios para realizá-la”. E ainda, com o objetivo de aumentar a produtividade, o proletariado teria um tempo exato para executar o serviço, ou seja, os homens, inseridos no contexto do trabalho alienado, passaram a ser tratados como máquinas; uma escravidão assalariada e embasada na ideologia dominante que explorava e lucrava às custas de trabalhadores alienados.

Por óbvio, ao passo que beneficiava a classe burguesa, a aplicação do modelo taylorista se expandiu e gerou uma crise no cotidiano socioeconômico dos trabalhadores, uma vez que



estes viviam sob condições prejudiciais até mesmo à sua saúde e ao seu desempenho pessoal. Gradativamente, a classe trabalhadora estava cada vez mais explorada, na medida em que se tornava totalmente subordinada às jornadas excessivas de trabalho, bem como dependente de baixos salários. De modo consequente, em um contexto de vulnerabilidade econômica, as políticas públicas desenvolvidas em prol da classe trabalhadora possuíam o objetivo de manter as taxas de consumo, colocando-a em maior situação de dependência em relação ao Estado e à classe patronal.

Diante do condicionamento à insalubridade do ambiente de trabalho e o processo de maquinização do trabalhador no contexto de crise do desenvolvimento industrial, os operários começaram a se articular coletivamente, de forma a difundir ideias e viabilizar o entendimento da população trabalhadora acerca da exploração sofrida - e de como, consequentemente, se mobilizar. Desta forma, as principais ideias que influenciaram a luta do operariado surgiram de teorias baseadas nos movimentos socialistas, anarquistas, anarco-sindicalistas e comunistas.

Perante o supracitado, foi a partir de um contexto de industrialização vertiginoso de resistência da classe proletária internacional e da busca por melhores condições de trabalho que o movimento operário brasileiro surgiu. Nesta senda, quando começaram a aparecer as primeiras indústrias sob a lógica da administração científica taylorista, o trabalho se modernizou e a exploração se tornou mais tecnológica por utilizar da alienação do trabalhador e do controle de tempo como forma de aumentar a produtividade, mesmo com salários baixos. Isto posto, gerou-se maior fragilidade socioeconômica da classe hipossuficiente, a qual sempre necessitou do trabalho para manter um sustento mínimo. Nas palavras de Edgard Carone,

Social e politicamente, o proletariado é uma força que se manifestou de modo lento. De origem agrária, logo se avoluma com a imigração e desenvolve uma consciência política de tradição européia. São anarquistas, anarcossindicalistas, socialistas, anticlericais, usando tática política dos movimentos italianos e espanhóis, onde então Bakunin predominava sobre Marx. As primeiras organizações, como o Partido Socialista Brasileiro (1902) e a Confederação Operária Brasileira (1908), refletem estas concepções. (Carone, 1989, p. 12).



Dessa forma, o início do movimento dos trabalhadores era desarticulado e, por vezes, silenciado pelos patrões. Nesse sentido, conforme elucida Astrojildo Pereira - jornalista e ex-anarquista que se tornou um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro -, o anarquismo, principalmente sob o viés sindicalista, foi o movimento preponderante durante o surgimento da organização do proletariado no Brasil (Pereira, 1952, p. 2). De acordo com o autor, a desagregação do movimento operário se dava justamente pelos diferentes tipos de associações proletárias existentes de 1906 a 1920, a partir das quais podia-se verificar grupos que não agiam sob a influência absoluta do anarquismo. Dentre estes, estavam associações de caráter reformista, beneficente e até mesmo da própria “resistência” - que eram como se autodenominavam. Segundo Pereira, era possível observar que, alguns dos sindicalistas que faziam parte do movimento operário, os quais, em sua maioria, labutavam em transportes urbanos, ferroviários, carregadores, portuários etc., estavam a serviço dos próprios patrões e da autoridade pública. Diante disso, o autor os denominou como “os ancestrais dos modernos pelegos” (Pereira, 1952, p. 2).

As tentativas de desarticulação interna do movimento operário nunca deixaram de existir. É dessa maneira que Pereira (1952, p. 4) explica que havia diversas dissimulações projetadas para enfraquecer as reivindicações da coletividade trabalhadora logo no início de sua estruturação, como o “congresso operário”, que ocorreu em 1912 e foi amplamente formado pelos tais “pelegos” daquele período. Ou seja, tratava-se de movimentos manobrados pelo poder governamental e pela classe patronal a fim de amenizar as articulações da união sindical tal qual um “Cavalo de Tróia” dentro da agremiação. Destarte, a função primordial dessas mobilizações totalmente mascaradas era “acenar demagógicamente com as promessas de melhores dias, com uma série de leis trabalhistas, com o velho conto da casa operária, etc” (Pereira, 1952, p. 4), para, desta forma, conseguir incutir a alienação sobre a classe trabalhadora de forma indireta e, conseqüentemente, desagregá-la como movimento.

Ademais, ainda que houvesse todas essas investidas a fim de aglutinar as associações de trabalhadores logo em seu surgimento, o movimento operário manteve-se fortemente unido nas primeiras décadas. A organização de eventos, como confederações e congressos, além da



formação de sindicatos de trabalhadores, surgiu para alavancar ideias, estímulos e esclarecimentos acerca da real situação do trabalhador subordinado à lógica do capital no país, o que promoveu o fortalecimento da mobilização das classes operárias no Brasil e o crescimento da proporção de suas lutas.

Sob este aspecto, o movimento sindicalista foi se desenvolvendo a partir de grupos de operários que lutavam, principalmente, por melhores condições de trabalho e melhores salários. Como forma de resistência, as greves foram tomando conta do país e a classe patronal, ao se sentir ameaçada, contava com o pleno apoio do Estado para punir repressivamente aqueles trabalhadores que incentivassem e participassem de greves, haja vista que a greve era abordada como crime no Código Penal de 1890. Nesse espectro, observa-se os arts. 205: “seduzir ou aliciar operários para deixarem os estabelecimentos em que forem empregados, sob promessa de recompensa ou ameaça de algum mal”; e art. 206: “causar ou provocar cessação de trabalho, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário” (Brasil, 1890).

Apesar de sofrer alterações e o crime se configurar a partir da utilização de violência ou ameaças, foi fortalecido um ideário no seio popular de criminalizar as atitudes daqueles trabalhadores como injustas e desproporcionais, bem como foi promovida uma estigmatização do trabalhador grevista. Posteriormente, ainda que o movimento sindical organizado e autônomo tenha ganhado força e raízes, a classe patronal e o Estado sempre tencionaram para a desarticulação dos trabalhadores, os quais conseguiram regulamentações e direitos com a Consolidação das Leis Trabalhistas e a Lei de Sindicalização na década de 1930. Porém, a real intenção foi mascarada, haja vista que Getúlio Vargas concedia avanços para os operários a fim de trazê-los como suporte do seu governo sem abdicar de promover benefícios à classe burguesa que também poderia ameaçá-lo.

Nesta senda, a Lei de Sindicalização previa uma dependência do movimento sindical de autorização para o funcionamento, bem como a necessidade do pagamento de um imposto para atuar na legalidade, o que, por óbvio, retirou a autonomia da articulação e capitalizou sua



atuação. Portanto, por mais que o movimento sindical tenha alcançado seu exercício legal e sua institucionalização, a estigmatização dessas organizações trabalhistas surgiram como grandes percalços na agregação de trabalhadores e, principalmente, na consciência de que eram uma coletividade desafiada pela mesma lógica de mercado.

Por conseguinte, em um cenário de ruptura do sonho da democracia, o Golpe Militar foi instituído repressiva e violentamente sobre a classe trabalhadora com objetivo de barrar avanços sociais - tais como a proposta de reforma agrária e urbana - que iriam privilegiar, principalmente, as classes vulnerabilizadas social e economicamente, o que ameaçava o poder, a terra e os interesses da classe dominante. O regime posto aniquilava qualquer proposta de articulação sindical e de movimentos contrários à ideologia de extrema direita defendida, ao reprimir a população, cassar seus direitos e cercear a liberdade de expressão, confinando todos em uma política agressiva. Diante desse contexto, foi necessário que o movimento dos trabalhadores se fortalecesse e lutasse para conquistar novamente a democracia e a volta dos direitos sociais. Segundo Alves (2016, pp. 25-26), apesar dos medos, depois de alguns anos passados do regime, os trabalhadores começaram a fazer boicotes às produções, a articular, secretamente, uma greve que só viria acontecer em 1979 pela luta da redução de jornadas e aumento de salários.

Dessa forma, o movimento sindical foi criando um sentimento de pertença e de solidariedade entre os trabalhadores que compartilhavam do ideário de resistência, o que fortaleceu as ações e pressionou os patrões, fissurados em encontrar o “cabeça” das manifestações, bem como o Estado, haja vista que os trabalhadores representavam uma frente que ameaçava a permanência dos militares no poder. Ainda de acordo com Alves (2016, p. 28), os operários foram conquistando gradativamente o apoio de outros âmbitos da sociedade, principalmente, da imprensa, a qual, anteriormente, no auge do regime, era comandada pelo Estado. Nesse sentido, uma consciência do contexto de exploração e da necessidade de obter garantias e direitos tomou os trabalhadores, contribuiu, assim, para se criar um sentimento de revolta com aquele sistema e quebrar com alienação que foram submetidos.



Dessa forma, entende-se a importância dessa articulação dos trabalhadores em busca dos seus interesses ao notar que retomaram a democracia no Brasil e pressionaram pelo seu fortalecimento. Porém, ainda não era fácil, mesmo com a Carta Magna promulgada em 1988, a qual consolidava como fundamentais muitos direitos sociais e trabalhistas, a indústria e o sistema de produção capitalista continuavam explorando e gerando maiores lucros para os detentores de capital, haja vista que a estrutura baseada na lógica capitalista molda também o ideário democrático. A resistência trabalhista continuava “por baixo dos panos”, na surdina, a se articular e pressionar pelo fim dos tipos de opressão vividos, e pela melhoria da qualidade de vida e do trabalho.

Ademais, em contexto contemporâneo, é cabível a análise do caminho de desmobilização que o movimento forte e articulado tomou, haja vista que, com os avanços socioeconômicos, políticos e trabalhistas do país, uma parcela da população passou a se identificar mais com a burguesia do que com a classe trabalhadora, embora fizesse parte dela. Ora, conforme explica Chauí (2016, p. 24), houve o surgimento de uma classe intermediária que não se via como parte do proletariado e tampouco era detentora de quaisquer meios de produção – a classe média. Nesse aspecto, atrelada às noções de um “individualismo competitivo” (Chauí, 2016, p. 25) concernente aos ideais liberais, parte desta classe média enxergava-se respaldada e protegida pela estrutura social vigente, uma vez que, com a sua desagregação à classe operária, estaria cada vez mais próxima do paraíso burguês. Desta feita, Chauí aponta que os anseios da classe média são guiados por um sonho e por um pesadelo: “seu sonho é tornar-se parte da classe dominante; seu pesadelo, tornar-se proletária” (Chauí, 2016, p. 25).

Diante do exposto, é inevitável notar como o movimento dos trabalhadores acaba sendo fragmentado diante da falta de consciência de classe de uma parte dos subordinados aos detentores dos meios de produção. Dessarte, grande parte dos próprios trabalhadores que se encontravam no contexto de proletariado e que obtiveram avanços e conquistas de direitos com as políticas públicas - oriundas das próprias reivindicações sindicais -, viram-se próximas da classe burguesa e pertencentes à classe média, principalmente no contexto ideológico, ainda



que houvesse um abismo socioeconômico entre essas esferas sociais. Portanto, ao buscar ascender à posição de patrão e desvincular-se da classe trabalhadora, muitos operários, bem como grande parte da classe média, buscam “assegurar a hegemonia ideológica da classe dominante” (Chauí, 2016, p. 25), principalmente quando se observa a explosão das ideologias de extrema-direita na contextura de polarização política atual. Neste enquadramento,

[...] visto que a nova classe trabalhadora brasileira se constituiu no interior do momento neoliberal do capitalismo, nada impede que, não tendo ainda criado formas de organização e de expressão pública, ela se torne propensa a aderir ao individualismo competitivo e agressivo difundido pela classe média. Ou seja, que ela possa aderir ao modo de aparecer do social como conjunto heterogêneo de indivíduos e interesses particulares em competição. E ela própria é levada a acreditar que faz parte de uma nova classe média brasileira. (Chauí, 2016, p. 26).

À vista disso, verifica-se que a própria alienação dos trabalhadores, outrora citada, estabelece-se como um dos principais responsáveis pelo desmonte do movimento proletário e pela fuga de consciência de classe de uma parcela do operariado, a qual passa a se identificar como classe média. Nesta seara, essa aproximação de parte da classe média e da classe trabalhadora é recente, haja vista que a primeira nunca se vinculou totalmente ao sindicalismo operário. Conforme explica Boito Jr. (2007, p. 237), a classe média brasileira pautou-se, desde o princípio, à ideologia meritocrática; ou seja, uma vez que se viam detentores de maior capacidade cognitiva e repletos de méritos pessoais em relação aos trabalhadores manuais, os membros da classe média buscavam não recorrer à força coletiva dos movimentos sindicais para reivindicar qualquer melhoria nas relações de emprego. Isto é,

A ideologia meritocrática produz então um efeito de isolamento particular: o assalariado de classe média não se unifica num coletivo de luta e permanece atomizado porque aderir à ação sindical seria admitir uma incapacidade pessoal e um rebaixamento social – identificação com os trabalhadores manuais. Essa é uma atitude que estigmatiza o movimento sindical, que é concebido como uma espécie de “movimento dos incompetentes”. (Boito Jr., 2007, p. 238).

Desta maneira, era impossível pensar em um sindicalismo atrelado à meritocracia, pois seria uma junção incerta e controversa. Diante disso, para que houvesse uma movimentação



sindical da classe média, deslocou-se o enfoque ao mérito pessoal para o profissional (Boito Jr., 2007, p. 240). Isto é, surgiram manifestações sindicais que, muito embora pleiteassem melhorias salariais para esta classe intermediária, não objetivavam se organizar em prol de progressos nas relações de emprego de quem estaria hierarquicamente inferior a eles, pois isto resultaria na equiparação das classes distintas, as quais não podiam ver-se iguais. Em outras palavras, a classe média se mobilizou para agregar trabalhadores às suas manifestações, entretanto, nunca se teve como finalidade a superação da hierarquia de classes e a superação das diferenças salariais.

### **3 ANÁLISE DO DISCURSO-IMAGÉTICO DE *ELES NÃO USAM BLACK-TIE* E A PERSPECTIVA DA CATEGORIA PROFISSIONAL BRASILEIRA ATUAL**

#### **3.1 “Contra a censura pela cultura”: o aspecto denunciativo do cinema operário brasileiro**

Como salienta Bernardet (1989, p. 29), uma parte da história do cinema sempre perpassou o embate entre a perspectiva capitalista dominante e a resistência ao sistema cinematográfico imponente. Dessa forma, o autor explica que, ainda que a indústria imperante tentasse moldar as formas de produção, as temáticas, as linguagens e a maneira de se relacionar com o público, houve diversas organizações que buscavam introduzir-se no mercado cinematográfico com um ponto de vista que subvertia a lógica preponderante. Dentre estas, Jean-Claude Bernardet cita a Kino, organização que, nos anos 30, projetava filmes em bairros operários em Londres. É dessa forma que se vê surgir o cinema proletariado, inclinado a tecer críticas ao sistema capitalista, bem como trazer à luz a visão do trabalhador e suas vivências.

Ao dar enfoque ao contexto cinematográfico brasileiro, grandes reviravoltas no cinema proletário ocorreram durante a passagem pela Ditadura Militar até a sua queda com a redemocratização; desse modo, na década de 60 a 80, houve a busca por mudanças radicais na forma de representar a realidade operária no cinema nacional. Nesse sentido, com a proibição de greves, de propagandas políticas e de quaisquer mobilizações sindicais, a classe metalúrgica brasileira viu-se, na primeira década, encurralada e amedrontada pela repressão da Ditadura Militar. Em meados de 1978, a partir do início de uma abertura política do regime militar, as



lutas operárias reacenderam e buscaram dar novos ânimos à coletividade de proletários – como ocorreu nas greves promovidas pelo ABC Paulista, as quais reuniram milhares de trabalhadores que buscavam a redemocratização e a representação política da categoria profissional.

A priori, o cinema documental ocupou espaço importante na representação dos movimentos operários e na legitimação dos percalços enfrentados pela classe metalúrgica brasileira, ao abordar uma explanação das reais situações dos trabalhadores e da imprescindibilidade de suas lutas. Desta feita, a fim de aproximar a realidade pessoal e familiar do proletário ao espectador, foi promovida uma inovação ao cinema operário brasileiro, haja vista que se buscava detalhar e trazer às telas uma concepção que unisse o cinema documental com a ficção, como uma forma de aproximar o público-alvo e fazê-lo confrontar perspectivas político-ideológicas presentes no cotidiano social em um contexto ficcional na narrativa.

De caráter apelativo, surgiu um cinema baseado em uma relação entre cineastas e o movimento sindical que, paralelamente, eclodia. Ao atrelar a realidade concreta do cinema documental, com a retratação da intimidade que cada trabalhador enfrentava por meio de uma narrativa cinematográfica, buscava-se maior efetividade na mobilização do público a partir de uma identificação do espectador ao enredo retratado. Nesta senda, Parga (2012, p. 11) explica que “os filmes se debruçavam primeiro sobre problemas específicos da classe operária (condições de trabalho) ou sobre questões didáticas (os mecanismos de exploração sobre o trabalhador) até chegar à mobilização grevista”. Consoante a isso,

A questão dos “códigos de representação” e sua subversão vincula-se mais incisivamente à militância político-ideológica. Semiologia, psicanálise e marxismo combinaram-se para aproximar as noções de código e ideologia, bem como para transformar a ideia do “cinema metalinguístico” (aquele que tematiza a si próprio) na ideia de um “cinema que incorpora a si” um discurso sobre suas condições materiais e sociais de produção. [...] A discussão da opacidade ou transparência do discurso “sem origem”, “tomado como um dado da percepção”, é substituída pela polêmica em torno do cinema-discurso como trabalho. (Xavier, 2005, p. 146).

Desse modo, o discurso adotado pela perspectiva cinematográfica explicitada é utilizado de forma a não só mobilizar a classe operária mas também com intuito de difundir na sociedade



uma mudança de olhar sobre o movimento dos trabalhadores, o qual lutava contra a estigmatização que o Estado e os donos de produção provocavam naquela conjuntura social. Sob este aspecto, com claro posicionamento político influenciado pela esquerda, o diretor Leon Hirszman encontrou em São Paulo uma narrativa que seria uma das principais obras de sua carreira, *Eles não usam Black-Tie* (1980). De acordo com Alves (2016, p. 34), a chamado de Gianfrancesco Guarnieri, escritor da originária peça, o cineasta acompanhou de perto o movimento articulado na ABC Paulista, pois como dizia Guarnieri “estar perto dos acontecimentos faz com que você não seja cegado por apenas uma versão da história, mas sim que veja o que realmente acontece”.

### **3.2 *Eles não usam Black-Tie*: menos pornochanchada, mais política**

Com a aproximação de Leon Hirszman aos movimentos grevistas ocorridos no ABC Paulista e diante do contexto de esvaziamento das pautas políticas da televisão brasileira, ocasionado pela censura e repressão da Ditadura Militar, surgiu a ideia ao cineasta de tecer críticas ao novo fenômeno do cinema nacional, as “pornochanchadas”. Para tanto, Hirszman investiu em uma inovadora modalidade cinematográfica, a qual se amparava em um discurso político-ideológico que era crucial para a transformação da imagem estigmatizada do trabalhador brasileiro. Neste enquadramento, no que tange às “pornochanchadas”,

Para ele (Hirszman), o que havia de mais pernicioso nessa cinematografia encontrava-se em sua experiência estética: a partir de uma forma de grande apelo ao público, em que a expressão sexual por vezes conviveu com a comédia de escracho, os filmes conquistavam espaço no instável mercado de exibição enquanto deformavam temas de origem popular. Na entrevista à rádio Jornal do Brasil, situando a pornochanchada como parte de uma indústria de “manipulação cultural”, Hirszman procurou sugerir o que seria, à contrapelo e na filiação marxista, um cinema popular de fato. (Cardenuto, 2014, p. 41).

Nesse circunspecto, em contraversão ao entretenimento adotado pela imprensa e pelo discurso cinematográfico para impactar o conservadorismo do governo militar, Leon Hirszman, em vez de apelar aos constrangimentos morais aos costumes da época para tecer críticas ao regime, buscou incutir, diretamente, questões ideológicas e sociais, as quais, para ele, seriam o



verdadeiro cerne do aspecto crítico e denunciativo do cinema. Em parceria a Gianfrancesco Guarnieri, o qual era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e apostava em um cinema-discurso amparado pelas teorias marxistas em ascensão na época, Hirszman objetivava consolidar o engajamento político por meio de uma dramaturgia que visava expor as condições de hipossuficiência e subjugação a que a maioria da população era submetida.

Com a intenção de despertar as consciências, *Eles não usam Black-Tie* (1980) é um filme sob direção de Leon Hirszman que retrata a greve operária e o conflito dentro do seio familiar em razão de um confronto de interesses entre pai e filho. Interpretado na obra fílmica pelo próprio escritor da peça, Gianfrancesco Guarnieri, o pai Otávio é um revolucionário e líder operário na metalúrgica em que trabalha com o filho, concentrado em mobilizar sua classe em busca de melhorias de salário e de condições de trabalho. Do outro lado, tem-se Tião (Carlos Alberto Riccelli). Jovem e prestes a se casar com sua noiva grávida, Maria (Bete Mendes), o filho de Otávio buscava meios de se destacar no trabalho na fábrica a fim dar melhores condições de vida para a sua futura família, nem que, para isso, precisasse contrariar os ideais do pai.

Diante das duras condições de moradia e de trabalho, haja vista a falta de infraestrutura, a marginalidade, a violência, os baixos salários e o desemprego, Tião almeja sair da posição de operário para ascender socialmente, enquanto Otávio busca a transformação do sistema trabalhista de dentro para fora - isto é, a dignidade do trabalhador e as melhores condições de vida para as suas famílias. Nesse circunspecto, pode-se observar que a dicotomia entre pai e filho reflete a segregação da classe trabalhadora brasileira, uma vez que uma determinada parcela vive no sonho da meritocracia como algo possível a eles. Ou seja, subjugados à lógica do capital, a alienação se destaca como principal instrumento capaz de fazer com que o operário sinta que as conquistas dos detentores dos meios de produção são suas.

No contexto fílmico, como resposta ao aumento de salário atrasado, a classe metalúrgica organiza-se em sindicatos e planeja a articulação de uma greve a fim de reivindicar seus direitos como trabalhadores. Nesse sentido, Otávio - líder sindical -, ao lado de seu amigo e colega de



trabalho, Bráulio (Milton Gonçalves), busca encabeçar, silenciosamente, uma greve preparada e delineada, enquanto uma parte mais radical dos operários - liderados por Santini (Francisco Milani) - queria agir de forma imediata e, conseqüentemente, impulsiva e desorganizada. Ainda nesse aspecto, havia uma pequena parte dos proletários que planejavam boicotar a greve prestes a eclodir, e, para isso, precisavam de alguém que estivesse informado sobre a movimentação, bem como conectado a um dos líderes da greve - nesse caso, seria Tião. Seduzido por Jesuíno (Anselmo Vasconcelos) e outros delatores, Tião decide trabalhar em favor dos patrões em troca de benefícios ao entregar os “cabeças” do movimento.

Nesse cenário, Tião, que estava em conluio com Jesuíno, rejeitava o movimento grevista por vários fatores, mas principalmente por conta de não querer ser como seu pai, o qual fora preso anteriormente por ser líder sindical. Além disso, ao tentar lidar com a falta de estrutura financeira para construir sua família com Maria, Tião aposta em uma mudança de vida não só para si mesmo, ao se deparar com a condição familiar que a noiva grávida enfrentava - o pai alcoólatra, recém empregado em uma construção civil, fora assassinado por um assaltante enquanto voltava do trabalho para casa. Perante o exposto, Tião decide enfrentar a sua classe e desafiar as convicções de sua família, ao contrariar a luta do seu pai e o sacrifício da sua mãe Romana (Fernanda Montenegro), a qual sempre se manteve como um pilar naquele núcleo familiar.

Por conseguinte, no dia em que “estoura” a greve, com a categoria polarizada, há um confronto entre policiais e trabalhadores, assim como também entre os próprios proletários, a partir das divergências ideológicas. Nesse contexto, Tião, ao assumir a posição de “fura-greve”, encoraja os operários a entrarem nas fábricas para trabalhar e não aderirem ao movimento. Por outro lado, Otávio, ainda que não concordasse com a greve repentina e despreparada, lutava para que lograsse êxito em suas reivindicações, jamais abandonando seus ideais e a resistência proletária. Fortemente reprimidos pela polícia, Maria, que também trabalhava em uma fábrica e fazia parte do grupo de mulheres que aderiram à greve, foi agredida por um policial à paisana. Nessa contextura, Tião, ao ser informado sobre a situação de Maria, procura desesperadamente pela noiva, a qual é encontrada por ele em sua casa sob os cuidados de Romana.



Com Otávio preso novamente em razão da delação, os ânimos familiares eram tensos, e é neste cenário que Tião, repulsivamente, discute com Maria em virtude de sua participação na greve, acusando-a de colocar o filho em risco. No momento em que a noiva rejeita ser “fura-greve” e repudia o posicionamento de seu companheiro, Tião a agride com um tapa em seu rosto. Maria, no momento da violência, assevera: “Bate em mim também! Bate no teu pai, na tua mãe, nos teus companheiros. Em nós, você quer bater, deles você aceita gorjeta!” (1h38min54seg) - frase emblemática que demonstra a rejeição da família perante a personalidade egoísta e hipócrita de Tião. À vista disso, ao ser considerado “traidor por convicção” (1h42min23seg) por Otávio, Tião é expulso do seio familiar por agir de forma traiçoeira e violenta aos princípios daqueles que nunca o desampararam.

Diante do exposto, ao observar a importância da mobilização dos trabalhadores e da união de uma família operária perante os percalços que esta enfrenta em um contexto de precarização das condições de trabalho e de sobrevivência, a trama retrata como a falta de consciência de classe e deturpação da imagem sobre si mesmo resulta na desarticulação e no enfraquecimento do movimento operário. Isto é, é benéfico para a classe patronal alienar e fazer com que muitos trabalhadores deixem de se identificar com a classe operária e rejeite estar ao lado de quem compartilha dos mesmos sofrimentos e interesses. É nesse contexto que a obra fílmica analisada finaliza com uma frase simbólica de Romana ao seu filho, a qual demonstra-se fundamental para entender o significado da imprescindibilidade da luta sindical: “melhor passar fome entre os amigos do que passar fome com estranhos” (1h47min10seg).

### **3.3 A transformação do anti-herói em vilão: desarticulação da classe profissional no contexto pós-Reforma Trabalhista**

Ao analisar o contexto da obra fílmica, observa-se que o personagem antagonista faz alusão à parcela da classe operária que se curvou ao patrão, a qual, à época retratada, fazia parte de um grupo minoritário da classe trabalhadora - os chamados “pelegos”, “dedos-duros” e “fura-greves”. Entretanto, é possível perceber o quanto a classe patronal conseguiu incutir a lógica burguesa de individualidade e liberalismo dentro das relações de emprego na atualidade.



Nesse sentido, o âmbito trabalhista contemporâneo é marcado pela flexibilização de direitos que deveriam ser indisponíveis e pela valorização de barganhas diretas com o empregador, diminuindo a atuação da classe setorial.

Diante disso, observando a narrativa, pode-se estabelecer um quadro comparativo com a conjuntura atual de classes que evidencia uma missão de desmobilização do movimento sindical por parte das classes mais fortificadas política e socioeconomicamente. Nesse aspecto, percebe-se que os instrumentos de alienação da classe dominante são legitimados pelo legislativo, o qual atua, notadamente, a favor dos interesses de uma minoria que visa a perda de direitos e a vulnerabilização de uma maioria quantitativa. Sob a ótica neoliberal, a Reforma Trabalhista de 2017 utilizou do enfraquecimento do movimento sindical e da desarticulação dos trabalhadores em um contexto de surgimento de uma classe média que mais prioriza interesses burgueses do que proletários, para alienar os trabalhadores e propor uma competição ainda mais desleal e desequilibrada entre o operariado e os patrões.

Em vista disso, a Reforma Trabalhista (Lei nº13.467/2017) foi sancionada em um contexto de alto descontentamento popular e de uma profunda polarização política, em que ideologias de extrema-direita, como supracitado, alastraram-se sobre uma parcela da população que pressionava por uma mudança radical no país enquanto as populações vulnerabilizadas buscavam resistir aos ideários. Nesse espectro, alguns grupos vulneráveis sucumbiram aos ideais neoliberais a partir de falsas consciências de classe, mesmo que estes nunca visassem subsidiar essa categoria. Em um contexto prático, observa-se que este período reflete as concepções que Marx construiu observando a sociedade do séc. XIX; ou seja, as noções de individualidade e liberdade alicerçadas na lógica capitalista surgem como um regresso para classe trabalhadora quando incutidas nas relações de emprego, mesmo após tantas conquistas.

No enquadramento da (des)Reforma Trabalhista, com a priorização de acordos coletivos, os quais partem do embate entre sindicato *versus* empresário, em relação às convenções coletivas, que consistem nos conflitos de interesses entre sindicato dos trabalhadores *versus* sindicato empresarial, é possível perceber a tentativa de vulnerabilizar o



trabalhador. Ora, o aparelho legislativo deixa o empregado suscetível às condições de emprego que são somente benéficas para a classe patronal, bem como compactuam com o sistema de acumulação de capital que condiciona o empregado à posição de mercadoria. Nesta senda, “em um contexto marcado pela ofensiva neoliberal, de um lado, e por um mercado de trabalho desfavorável, de outro, é possível que grande parte dos sindicatos negocie acordos rebaixados, consagrando assim a perda de direitos definidos em lei”. (Castro *et al.*, 2019, p. 204).

A partir disso, é possível perceber que a fragilização dos sindicatos propicia um cenário de vulnerabilidade, no qual o trabalhador acata direitos abaixo do que lhe foi garantido anteriormente pela lei. Nesse sentido, a classe operária se submete a condições desfavoráveis de baixos salários, extenuantes jornadas de trabalho e precarização das questões previdenciárias, justamente pela contextura de desemprego e crise econômica do país. Dessa forma, por mais que a noção de ter liberdade para negociar com o empregador seja atraente para o trabalhador, a partir da agilidade e do contato direto nas pactuações de acordos, o empregador dificilmente irá ceder melhores condições de trabalho para a classe operária que não lhe são convenientes, haja vista a alta disposição de mão de obra diante da crítica situação de desemprego no Brasil.

Dessa maneira, diante da ilusão neoliberal do negociado sobre o legislado, pode-se compreender a imprescindibilidade da atuação dos sindicatos e da união dos trabalhadores como forma de resistir às pressões e a exploração do sistema capitalista, uma vez que há uma fortificação das manifestações e da demanda das necessidades dos trabalhadores quando inseridos em um contexto de luta conjunta. Nesse aspecto, um só trabalhador não conquista os direitos para toda uma classe, mas a classe unida conquista direitos para todos os trabalhadores. É nesse sentido que o enredo fílmico desenvolve uma verdadeira reflexão da sobreposição de interesses individuais sobre os coletivos diante da necessidade extrema do trabalhador, ao passo que há um aproveitamento da classe burguesa face à indefensabilidade do operário desagregado. Sendo assim, a personificação desse proletário a partir de Tião demonstra a transformação de um anti-herói que almeja proteger sua família, em um vilão que trai a luta dos seus familiares e da sua classe social.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no arcabouço teórico utilizado, é possível compreender que, apesar de Karl Marx e Friedrich Engels abordarem uma leitura de mundo do século XIX, o sistema que se encontra posto e desenvolvido na sociedade hodierna continua a estruturar as relações de trabalho sob a égide de uma exploração que visa o mais alto grau de produtividade, apesar dos baixos salários. Nesse sentido, na lógica capitalista, a divisão de classes e a manutenção de uma massa trabalhadora, a qual não dispunha de grandes oportunidades de mobilidade social, são os instrumentos utilizados pela classe burguesa de operar o mercado, bem como manter as estruturas de poder e acumulação de capital, sempre colocando a exploração da mão de obra em detrimento do trabalhador, o máximo que for possível.

Em face do exposto, é possível depreender que diversas esferas da sociedade são organizadas com o objetivo de alicerçar a dominação capitalista da classe burguesa. Sob este aspecto, torna-se concreta a análise proposta pelo texto ao abordar que as estruturas jurídicas e políticas são frutos da reverberação dos interesses da classe dominante, a qual, para manter a estrutura, utiliza-se de uma competição social desleal e com isso, promove a alienação dos trabalhadores. Dessa forma, isto é analisado em diversos espectros, seja por meio da perpetuação de uma classe socioeconômica hipossuficiente, ou pela dependência e submissão da classe trabalhadora, e até mesmo a partir das falsas noções de liberdade e igualdade das relações jurídico-trabalhistas - o que se intensificou ainda mais após uma desagregação mais severa da luta sindical no contexto atual da Reforma Trabalhista.

Embora não seja objetivo do trabalho esgotar o tema proposto, a análise da obra *Eles não usam Black-Tie* (1981) visa propor uma profunda reflexão de como o cinema brasileiro foi utilizado como um meio de denúncia das formas de exploração e alienação do trabalhador, bem como da estrutura de desigualdade socioeconômica e política entre as classes brasileiras; ao retratar realidades do povo em um contexto ficcional, a produção se consagra um verdadeiro instrumento de mobilização e conscientização social. Mais do que falar apenas da classe operária e dificuldades do povo, o filme traz uma reflexão sobre o papel da sociedade na vida,



na luta pelos próprios direitos e na passividade da maioria da população na lei da vantagem que muitos gostam de exaltar. Nesse circunspecto, diante das dificuldades decorrentes da lógica exploratória do sistema econômico capitalista, há a eclosão de um movimento grevista que polariza a classe trabalhadora. Diante do exposto, os elementos demonstrados na obra refletem a tentativa de desmobilização dessa classe subjugada e da desestruturação do movimento sindical em nome da acumulação de capital.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Alyne Carvalho. *Eles não usam Black-Tie (1981): família, trabalho e movimento operário*. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. 52 f.
- ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. *A fábrica da educação: Da especialização taylorista à flexibilização toyotista*. São Paulo: Cortez Editora, 1. ed., 2018. 116p.
- BERNARDET, Jean-Claude; KNAPP, Wolfgang; ROSSI, Clóvis. *O Que É: Jornalismo - Editora - Cinema*. São Paulo - SP: Círculo do Livro - Coleção Primeiros Passos, 1989. 194p.
- BOITO JR., Armando. *Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos*. São Paulo: Editora UNESP, 1 ed., 2007. 271p.
- BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Câmara dos Deputados. *Coleção de Leis do Brasil*, 1890, p. 2664. (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- CARDENUTO FILHO, Reinaldo. *O cinema político de Leon Hirszman (1976-1981): engajamento e resistência durante o regime militar brasileiro*. Tese (Doutorado em Ciências pelo Programa de Meios e Processos Audiovisuais.) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. 426 f. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27161/tde-02022015-160846/publico/REINALDOCARDENUTO.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922 - 1938)*. São Paulo: Editora Ática, 4 ed., 1989. 125p.
- CASTRO, Bárbara; GALVÃO, Andréia; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. REFORMA TRABALHISTA: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. *Caderno CRH*, v. 32, n. 86, pp. 253-269, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30691>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). *Por que gritamos Golpe?* São Paulo: Boitempo, 2016. p. 20-30.
- ELES não usam black-tie. Direção: Leon Hirszman. Produção: Leon Hirszman Produções e Embrafilme. Roteiro: Gianfrancesco Guarnieri e Leon Hirszman. Brasil: Embrafilme, 1981. YouTube. (124 min.)

**XI CIDIL** Colóquio Internacional  
Direito e Literatura

## **Direito e Literatura** nos 100 anos de Modernismo no Brasil

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Sundermann, 3 ed., 2017. 70 p.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo - SP: Boitempo Editorial, 1 ed., 2004. 176p.

\_\_\_\_\_. *O capital [Livro 1]: crítica da economia política. O processo de produção do capital*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo - SP: Boitempo Editorial, 2 ed., 2011. 856p.

NAVES, Márcio Bilharinho. Democracia e dominação de classe burguesa. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.4, p.58-66, 1997.

PARGA, Eduardo Antonio Lucas. A construção da identidade cinematográfica do operário brasileiro através do filme “Eles não usam Black Tie” de Leon Hirszman (1980). *Revista Encontros*, Rio de Janeiro - RJ, v.10, n.18. p. 7-24, 2012.

PEREIRA, Astrojildo. Lutas Operárias que Antecederam a Fundação do Partido Comunista do Brasil. *Problemas - Revista Mensal de Cultura Política*, n.39, Mar.-Abr., 1952. Disponível em: <[https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/39/index.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/39/index.htm)>. Acesso em: 18 jan. 2023.

XAVIER, Ismail. *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*. São Paulo: Paz Terra, 3. ed., 2005. p. 212.